

Nakano ameaça os credores. E depois volta atrás.

O assessor especial de Bresser Pereira admitiu a hipótese de o governo suspender o pagamento dos juros das linhas de curto prazo. Mas depois negou a hipótese.

Se o rebaixamento da posição da dívida brasileira afetar as linhas de crédito de curto prazo do comércio exterior, o Brasil estudará a adoção de "medidas adequadas" de resposta. Mas o País não crê que a comissão de avaliação do governo norte-americano desclassificará os empréstimos concedidos, quando se reunir dia 26 de outubro próximo em Washington.

A declaração foi feita ontem pelo secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, sobre a ameaça de redução das linhas de curto prazo. Ele retificou uma afirmação anterior sua, feita ontem à tarde em conversa com jornalistas, na qual admitia que uma das medidas brasileiras poderia ser a suspensão do pagamento dos juros das linhas de curto prazo, que continuaram em dia depois da decretação da moratória brasileira no dia 20 de fevereiro passado.

Nakano discutia com os jornalistas as possíveis consequências da decisão do rebaixamento, sempre insistindo que esta é uma hipótese pouco provável, porque envolve uma decisão política da comissão de avaliação do governo norte-americano. Os jornalistas levantaram a hipótese de que as linhas de curto prazo viessem a ser afetadas por um eventual rebaixamento, e Nakano respondeu que não via motivo para isso, porque essa é uma parte da dívida que vem "funcionando bem", e não interessaria a ninguém mudar a situação.

Mas, se isso acontecesse, o governo brasileiro teria como reagir para procurar uma negociação, disse Nakano. E admitiu que uma medida poderia ser a suspensão do pagamento dos juros de curto prazo. O secretário disse entretanto que é do interesse do País manter esses pagamentos em dia para garantir os cerca de US\$ 15 bilhões em linhas de curto prazo que financiam nosso comércio exterior. Mais tarde, negou as declarações sobre os juros, afirmando apenas que o País estudaria medidas no caso de rebaixamento.

Japão: sem reações

O secretário de Assuntos Econômicos disse que expôs, aos bancos e ao governo japonês, as idéias brasileiras para a renegociação da dívida, durante sua estada em Tóquio. Não houve reação inicial dos banqueiros, informou Nakano. Eles se limitaram a ouvir a exposição das idéias, que incluem a transformação de dívida em títulos pelo valor de face, a juros fixos e prazo longo, e em caráter voluntário. Nakano disse que discutiu também a participação do Japão no co-financiamento de projetos com o Banco Mundial para o setor elétrico, no quadro do plano Nakasone de ajuda do Japão aos países devedores do Terceiro Mundo.

O trunfo que Bresser leva aos EUA: o apoio do PMDB.

Apesar de o ministro Bresser Pereira viajar este mês aos Estados Unidos para uma nova rodada de negociação da dívida externa levando na bagagem "o apoio do PMDB", como fez questão de declarar ontem o presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, a atuação do ministro da Fazenda na última visita àquele país continua repercutindo negativamente no Palácio do Planalto. A tal ponto que, ontem, um assessor direto do presidente José Sarney sentiu-se encorajado a comparar a proposta brasileira de renegociação da dívida e a forma como foi apresentada por Bresser nos EUA a "um texto de Shakespeare na interpretação de Tarcísio Meira". Segundo o assessor, as propostas levadas por Bresser eram de bom conteúdo, mas foram apresentadas de maneira desastrosa, daí as repercussões negativas que obtiveram na imprensa.

Após conversar cerca de duas horas, ontem, no café da manhã, com Bresser Pereira, em sua residência oficial, o deputado Ulysses Guimarães tomou a iniciativa de falar à imprensa sobre o apoio do PMDB ao ministro da Fazenda. Ulysses disse que, pela natureza do cargo, o ministro está sujeito a "pressões legítimas e ilegítimas, a interesses corretos e incorretos", e que precisa de "muita força" para resistir a tudo isso. "Por isso é que ele precisa e tem o apoio do PMDB e, acredito, da Aliança, como também de toda a nação, para conduzir essa negociação e buscar soluções diferentes das tradicionais, que só trouxeram para o Brasil resultados infelizes, traduzidos na recessão e no desemprego", disse Ulysses Guimarães.

Faltou habilidade

Depois de comparar Bresser Pereira a Tarcísio Meira, o assessor de Sarney disse que, com as propostas de negociação da dívida externa, o ministro da Fazenda mostrou que é criativo e capaz de oferecer aos credores soluções tanto convencionais quanto não-convencionais. O que lhe faltou, entretanto, foi habilidade na exposição das idéias e um pouco de diplomacia, disse o assessor.

No Palácio do Planalto, outros assessores de Sarney estão convencidos de que os resultados da missão Bresser seriam diferentes caso as propostas tivessem sido apresentadas lá fora pelo embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira. Entretanto, segundo afirmam, o Brasil pode ainda tentar se recuperar do desgaste sofrido. O fato é que a forma desastrosa como o ministro Bresser Pereira conduziu as negociações prévias lá fora trouxe prejuízos ao País. Isto teria irritado profundamente o presidente Sarney.

Segundo se informa no Palácio do Planalto, Bresser vai continuar à frente do Ministério da Fazenda. Terá, contudo, de esclarecer melhor as coisas para o PMDB, para voltar aos Estados Unidos, no próximo dia 25, com amplo respaldo político, o que dará ao Brasil maior poder de barganha na negociação da dívida com os credores.

Conversão da dívida em títulos. Os banqueiros já aceitam essa idéia.

Após os múltiplos protestos da comunidade financeira internacional provocados pela apresentação da proposta brasileira de renegociação de sua dívida comercial pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, certos banqueiros europeus, sem rever integralmente sua posição (eles continuam rejeitando a conversão de uma parte da dívida em títulos com um desconto de 30%), já começam a desenvolver uma análise mais ampla do problema, admitindo até que a idéia base apresentada em Viena merece ser estudada mais profundamente. Alguns setores chegam mesmo a afirmar que o Plano Bresser poderá constituir uma saída mais a longo prazo para a questão do endividamento dos países em desenvolvimento.

Ontem, um banqueiro francês afirmou que "a idéia em si não é má, mas a proposta deve ser mais prática e razoável". O mesmo banqueiro criticou a forma como ela foi apresentada em Viena e a fixação de uma percentagem pelo ministro brasileiro. A mesma fonte acrescentou: "Ninguém disse que o Brasil não tem razão, mas o ministro esqueceu uma coisa: esse é um compromisso que não pode ser imposto, mas, ao contrário, deve ser negociado".

Nessa mesma linha de raciocínio, citase a declaração do deputado da UDF, próximo ao ex-primeiro ministro Raymond Barre, Edmond Alphandery: "O Plano Bresser é menos maluco do que parece". A seu ver, reivindicando um desconto de 30%, o ministro brasileiro foi longe demais no seu irrealismo, mas a idéia básica merece ser examinada.

De qualquer forma, segundo acreditam os meios financeiros europeus, será preciso encontrar soluções novas, fórmulas inovadoras para o problema, pois dificilmente a crise do endividamento será resolvida através das fórmulas clássicas.

Reali Júnior, de Paris.

O preço da moratória: taxas de risco mais altas e prazos mais curtos.

Elevação do **spread** (taxa de risco) e encurtamento dos prazos. Esse é o preço que o País está pagando por manter a moratória. Conforme qualificado funcionário da área econômica, que atua diretamente no setor externo, na maioria dos contratos, o **spread** nas operações de curto prazo — que envolvem os créditos comerciais de cerca de US\$ 15,0 bilhões — é superior a 2%, o mais alto pago atualmente por qualquer devedor. Os prazos, que antes da moratória chegavam até a 180 dias, estão hoje reduzidos a 30 e, em alguns casos, a no máximo 60 dias, criando vários obstáculos ao financiamento do comércio exterior do País.

Para tentar aliviar a situação, o próprio Banco Central abriu uma linha de crédito de US\$ 300,0 milhões há dois meses e pretende abrir outra, no montante de US\$ 500,0 milhões. Esse tipo de assistência financeira, contudo, é limitado pela disponibilidade das reservas cambiais. Embora estejam crescendo como resultado da **performance** das exportações, que vêm registrando superávits mensais acima de US\$ 1,0 bilhão, as reservas estão comprometidas com outros pagamentos que não os juros devidos aos bancos privados. Entre esses compromissos estão os juros dos empréstimos de curto prazo que correspondem a cerca de US\$ 3,0 bilhões.

Funcionários do Banco do Brasil e dos bancos privados brasileiros que atuam no Exterior admitem que está aumentando a cada dia a tensão nas relações entre eles e seus credores, na administração das operações interbancárias e comerciais. Os créditos são renovados, pois do contrário ficariam depositados à disposição do Banco Central, mas os atrasos são constantes. Antes da moratória, créditos novos eram abertos e facilidades oferecidas. Agora, os créditos são mantidos rigorosamente nos mesmos limites anteriores à moratória, tendo inclusive ocorrido algumas perdas, embora pouco expressivas, relacionadas à desistência de bancos norte-americanos de pequeno e médio portes.

Segundo os funcionários do governo, essa tensão somente será aliviada quando for possível chegar a um acordo com os bancos, o que é improvável ocorrer este ano.

Funaro: negociar no estilo da Velha República não dá.

Ao afirmar que os 32 países que assinaram, há quatro ou cinco anos, acordo de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) encontram-se hoje em situação econômica pior do que naquela ocasião, o ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, criticou ontem as propostas de saída convencional para a questão da dívida externa. Para ele, são sugestões que partem de "nomes da Velha República" e defendem o cumprimento dos contratos tal como foram feitos recorrendo ao FMI.

Funaro assinalou que essa proposta equivale a "permitir que a direção política e econômica do País possa ser exercida pelos credores, através de cláusulas contratuais que elevem os juros, e deixar que a Nação transfira para o Exterior entre 5% e 6% do Produto Interno Bruto (PIB)", em prejuízo do crescimento econômico.

O ex-ministro voltou a frisar que a saída deve ser não convencional — como a iniciada pelo Brasil, com a suspensão do pagamento dos juros aos bancos comerciais. E isso, disse Funaro, não pode ser confundido com confronto, mesmo porque as autoridades dos países credores "sabem que o mundo tem de encontrar caminhos diferentes para resolver a questão da dívida externa".

Para ele, o que desencadeou o problema da dívida foi a crise de 81/83, cuja responsabilidade tem de ser dividida entre credores e devedores.